

MORAL E RELIGIÃO EM KANT

MORAL AND RELIGION IN KANT'S PHILOSOPHY

Diego Carlos Zanella*

RESUMO: Moral e religião estão ligadas de modo estreito, diferenciando-se apenas pelo fato de que na moral os deveres são praticados como princípios fundamentais de todo ser racional, e pelo fato de que esse último deve agir como membro de um sistema universal de fins, enquanto que na religião esses deveres são vistos como mandamentos de uma suprema vontade santa, pois que, as leis da moral são as únicas que estão de acordo com a idéia de uma suprema perfeição. A conexão entre moral e religião, além de ser um dado fundamental e estrutural da razão pura, é o reconhecimento progressivo de um plano universal segundo o qual, a despeito de todos os abusos da liberdade por parte dos homens, alcançará no final o mais alto grau possível de perfeição do gênero humano.

Palavras-chave: Moral. Religião. Vontade. Kant.

ABSTRACT: Moral and religion are bound up in some way, becoming different just by the fact that while moral, the duties are enacted as fundamental principles of every thinking human being, and by the fact that this one must act as a member of an ends universal system; while religion, those duties are seen as commandments of a supreme holy will, so that, the moral laws are the only ones which are in accordance with the idea of a supreme perfection. The connection between moral and religion, besides being fundamental and structural information of pure reason, it is the progressive recognition of a universal plan in which, despite all the liberty abuses by men, will reach in the end the highest possible degree of perfection of humankind.

Key words: Moral. Religion. Will. Kant.

1. A determinação da vontade

Immanuel Kant (1724-1804), na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785) pretende estabelecer um princípio fundamental moral-prático, válido necessária e universalmente, para a orientação do agir humano. Essa tarefa tem como ponto de partida o conceito de boa

* Doutorando em Filosofia– PUCRS/ Contato: diego.zanella@gmail.com

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 89-105
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

vontade, pois para ele “neste mundo, e também fora dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma **boa vontade**”¹.

Kant aceita a possibilidade de que possam existir outras coisas boas além da boa vontade. Ele investiga a visão de que certas coisas, as quais são sem dúvida em vários aspectos boas e desejáveis, contudo, não são coisas boas no mesmo sentido que a boa vontade é boa. Talentos do espírito (argúcia de espírito, capacidade de julgar, etc.), qualidades do temperamento (coragem, decisão, constância de propósito, etc.) são essas coisas boas e desejáveis, no entanto, “podem tornar-se extremamente más e prejudiciais se a vontade, que haja de fazer uso destes dons naturais [...] não for boa”². Com isso, pode-se dizer que a bondade ou a maldade das coisas não depende da coisa mesma, mas sim do uso que delas se faz. Então se diz – a vontade – que faz um determinado uso de uma determinada coisa é ou boa ou má.

Com efeito, deve-se deixar claro o que é que torna boa a vontade. Os efeitos produzidos no mundo não podem ser fundamentos determinantes da vontade, pois são empíricos como a felicidade³. O fundamento determinante da vontade deve ser a representação da lei como motivo suficiente da mesma.

A boa vontade não é boa por aquilo que promove ou realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão-somente pelo querer, isto é em si mesma, e, considerada em si mesma, deve ser avaliada em grau muito mais alto do que tudo o que por seu intermédio possa ser alcançado em proveito de qualquer inclinação, ou mesmo, se se quiser, da soma de todas as inclinações.⁴

A boa vontade é considerada em si mesma como fim próprio, sendo ela regulada pelo querer. Ou seja, um dos princípios básicos da moral kantiana é que a vontade deve ser compreendida em si mesma, independente de toda e qualquer inclinação exterior, pois, dessa forma, a boa vontade é a condição de possibilidade de todo o bem. Toda ação praticada por dever é moral através do princípio do querer que a determina e não pelo fim que ela visa.

¹ KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. 4: 393.

² KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. 4: 393.

³ O problema da felicidade como princípio moral é sua determinação por um elemento empírico, e por isso é formalmente indeterminada e indeterminável, pois o sujeito não teria as condições necessárias para delimitar precisamente o conjunto de condições necessárias para a sua perfeita felicidade. A felicidade pode apenas ser condição material da determinação da ação do sujeito, na medida em que é móbil (empírico) para a ação. A felicidade não é a causa da moralidade para Kant, mas um das suas conseqüências.

⁴ KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. 4: 394.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 89-105
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

O valor moral de uma ação não depende da vontade do simples desejar, pois se assim o fosse, a ação careceria dele e seria uma ação por inclinação ou por desejo. Mas, se uma ação deve ter valor moral, a ação deve ser praticada por dever, pois, desse modo, o valor moral residirá na máxima segundo a qual a ação foi praticada, isto é, pelo princípio da vontade. Dito de outra maneira, o valor moral do agir não reside no objeto que se deseja atingir, mas sim, na razão pela qual se quer atingi-lo.

A vontade está entre a lei que lhe determina o agir (lei essa que é *a priori*, formal, independente de qualquer contingência da experiência) e os objetos que pretende atingir (que são materiais e formam um móbil *a posteriori*). Para que uma ação seja realizada por dever a vontade deve ser determinada pela representação desse dever, pois se a vontade fosse determinada por qualquer inclinação natural ou intenção pessoal, a ação não seria moral, provavelmente conforme o dever. O princípio que determina a vontade deve ser universal, deve ser obra da razão de forma que a máxima seja subordinada à lei universal.

A distinção entre os possíveis imperativos práticos ilustra precisamente o fato de que uma ação moral não é meramente um componente da conduta externa, mas inclui como seus componentes decisivos, os motivos, as intenções e decisões que precedem essa conduta. Kant não desconsidera os possíveis interesses das ações em geral – os quais são, sem dúvida, necessários do ponto de vista da natureza sensível dos seres racionais finitos – mas, apenas objeta como seja possível estabelecer e explicar um princípio prático necessário e universalmente válido a partir das necessidades particulares de cada homem ou mesmo de um grupo deles, por exemplo. Tais necessidades podem originar, no máximo, preceitos práticos, mas nunca uma regra prática incondicionada. É preciso notar, portanto, que para Kant a moralidade não pode reportar-se à diversidade de costumes presentes nas diferentes sociedades e em diferentes épocas. Nesse sentido, Kant busca um princípio que possa servir de critério universal para agir, ou seja, um critério propriamente moral para as ações. Esse princípio admite um único interesse – o interesse da razão pura – pois, o valor moral é um valor intrínseco, enquanto que questões de êxito e fracasso nos empreendimentos não são princípios morais, mas, conceitos de técnica e de prudência.

O ser humano – como racional – é o único ser capaz de agir segundo a representação de leis, segundo princípios, porque tem uma vontade; porque tem consciência da lei que obedece. O

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 89-105
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

princípio de ação é, nesse sentido, uma prescrição da razão prática à vontade, na medida em que apenas a razão é independente das condições empíricas da sensibilidade. Contudo, a vontade pode não se identificar plenamente com a razão e, nesse caso, as ações que objetivamente são necessárias, são subjetivamente contingentes. Perante a lei da razão, a vontade pode aderir a essa lei de tal modo que não se pode dizer acertadamente que a vontade é determinada pela lei. Uma vontade desse tipo é vontade santa. Uma vontade perfeitamente boa não vê no cumprimento da lei uma obrigação, uma vez que vê na “adesão” ao imperativo categórico a sua própria realização. Ou melhor, esse é o único modo de agir que se apresenta a uma vontade desse tipo, isto é, quando a vontade é pura (santa). Pode acontecer que perante a lei a vontade não seja definitivamente determinada e tenha a capacidade de obedecer ou não à lei. O imperativo moral ordena o que é bom e determina a vontade pela lei da razão. Uma vontade que é inteiramente boa aderiria à lei sem se sentir obrigada e, por isso, para ela não há imperativos. Para uma vontade que não está objetivamente determinada pelas leis, como é o caso humano, essas leis surgem como obrigações que se expressam sob a forma de imperativos.

2. A passagem (Übergang) da moral à religião

Para Kant moral e religião estão ligadas de modo estreito, sendo que a principal diferença entre ambas é a linguagem utilizada para expressar esses deveres. A moral kantiana usa uma linguagem formal para expressar o dever. Segundo essa teoria, os deveres são praticados como princípios fundamentais de todo ser racional e pelo fato de que esse último deve agir como membro de um sistema universal de fins. Na religião, ao invés de conceber o dever simplesmente como aquilo que ordena, de acordo com a moral, o conteúdo do dever aparece resumido na idéia de um ser supremo, isto é, os deveres são considerados como mandamentos divinos.

A religião não se distingue em ponto algum da moral quanto à matéria, [isto é], quanto ao objeto, pois tem em geral a ver com deveres, mas distingue-se dela só formalmente, ou seja, é uma legislação da razão para proporcionar à moral, graças à idéia de Deus engendrada a partir desta [da moral], uma influência sobre a vontade humana para o cumprimento de todos os seus deveres.⁵

⁵ KANT, I. *O conflito das faculdades*. 7: 36.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 89-105
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

Nesse sentido, o conteúdo da religião coincide com a moral do qual só se distingue segundo a forma. Isso quer dizer que a religião não se apresenta como um campo separado e regido por suas próprias leis, senão simplesmente como uma nova relação em que se ligam os campos e as capacidades previamente determinadas. Nesse sentido, a religião possui uma vantagem sobre a moral, a saber, a de tornar sensível a obrigação moral através da idéia de Deus. Com isso, a passagem à religião inscreve-se no próprio movimento da moral procurando a melhor aplicação. Esse processo apresenta sua melhor compreensão na determinação da vontade tanto objetivamente (com relação ao querer) quanto subjetivamente (com relação à capacidade).

Enquanto que do lado objetivo da questão, a essência da moralidade está na noção de como a lei pode ser o fundamento imediato da determinação da vontade, ou seja, “*Moralität* refere-se à consideração objetiva de normas; seus princípios constituem a ciência moral válida para todos os seres racionais”⁶; o lado subjetivo da questão significa perguntar como o sujeito da ação realiza tal desenvolvimento moral, uma vez que “envolve também a consideração subjetiva da adoção dessas normas pelo agente humano e ultimamente volta a discussão para as condições e processos pelo qual esses são realizados no espaço e no tempo”⁷. Essa é a verificação de que a discussão de Kant não é mais a de uma objetivação de normas, mas subjetivação delas. E a metodologia utilizada por Kant é a de “como se pode proporcionar às leis da razão prática pura **acesso** ao ânimo humano, **influência** sobre as máximas do mesmo, isto é, como se pode fazer a razão objetivamente prática também **subjetivamente** prática”.⁸

Nesse sentido, deve-se focar sobre o funcionamento da liberdade humana⁹, uma vez que o sujeito deve ser o executor do ato que o levou a estar em uma determinada condição, já que ele é dotado de liberdade no sentido de espontaneidade da razão na determinação de suas ações.

⁶ MUNZEL, G. F. “The Beautiful Is the Symbol of the Morally-Good”. p. 317.

⁷ MUNZEL, G. F. “The Beautiful Is the Symbol of the Morally-Good”. p. 317.

⁸ KANT, I. *Crítica da razão prática*. 5: 151.

⁹ Há uma mudança significativa na concepção de vontade e liberdade da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes à Religião nos Limites da simples razão*. A vontade (*Wille*) pode ser razão prática em geral na medida em que é considerada em relação ao fundamento que determina a escolha para a ação. De acordo com isso, a vontade é direcionada para outorgar princípios práticos para as máximas das ações, sendo, portanto, razão prática em geral na sua função legislativa. A função executiva da vontade (*Willkür*) é a sua capacidade de escolher o modo de ação. Afirmar que a vontade tem uma capacidade de escolher suas máximas (espontaneidade) é porque ela – em sua função legislativa – fornece princípios práticos: ou morais ou prudenciais. Essa argumentação consiste em defender que o critério de atividade racional, uma das condições necessárias da atribuição de responsabilidade moral que está presente mesmo nas ações heterônomas ou imorais, ou seja, o agente é o autor de seus atos, mesmo naqueles atos em

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 89-105
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

[A] liberdade do arbítrio [*Willkür*] tem a característica, completamente peculiar a ela, que ela não pode ser determinada à ação através de qualquer incentivo [*Triebfeder*] exceto na medida em que o homem o incorporou em sua máxima (a tenha feito uma regra universal para ele mesmo, de acordo com a qual ele quer conduzir-se); apenas desse modo um incentivo pode, o que quer que ele possa ser, coexistir com a espontaneidade absoluta do arbítrio (liberdade).¹⁰

A função executiva da vontade (*Willkür*) é a sua capacidade de escolher o modo de ação, ou seja, o princípio prático que orientará a ação. Afirmar que a vontade tem uma capacidade de escolher suas máximas (espontaneidade) é porque ela – em sua função legislativa – fornece princípios práticos em geral. Ou seja, a liberdade do arbítrio (*Willkür*) é a capacidade de escolher uma máxima suprema por escolher entre máximas contrárias. Desse modo, a espontaneidade do arbítrio nunca é bloqueada pela influência de qualquer incentivo: esse é o aspecto mais elementar da liberdade. De modo que os incentivos são incorporados nas máximas de ação determinadas a partir de um ato da liberdade que escolhe seu fundamento subjetivo de determinação.

De acordo com isso, um incentivo somente determina *Willkür* à ação, ou seja, somente tem eficácia causal na medida em que é incorporado em uma máxima de ação determinada a partir de um ato da liberdade. Assim, o agente racional não tem responsabilidade por possuir inclinações e uma tendência natural a buscar a sua própria felicidade porque isso faz parte da natureza humana, mas somente na medida em que transforma essa inclinação em um princípio determinante de suas ações quando as incorpora em suas máximas de ação. Para ter responsabilidade, o sujeito deve ser o executor do ato que o levou a estar em uma determinada condição. A autonomia ou heteronomia são aspectos dessa liberdade, já que diz respeito ao uso que se faz dela. De modo que, a autonomia expressa a realização da moral, enquanto que a heteronomia expressa sua falência.

Nesse sentido, a religião é necessária porque é um modo de apresentar a realização do destino moral da humanidade como a convergência de liberdade e natureza. Nessa instância, Kant está interessado com o sentido prático em que os homens poderiam comprometer-se na busca pelo sumo bem moral, “de tal modo que a disposição moral é a condição que, antes de mais, torna

que agiu de maneira imoral. A relevância desse argumento está em que o bem ou o mau presente nas ações humanas dependem de um ato da liberdade. A autonomia ou heteronomia são aspectos dessa liberdade, já que diz respeito ao uso que se faz dela (cf. ALLISON, H. E. *Kant's Theory of Freedom*. p. 5-6 e 40).

¹⁰ KANT, I. "Religion within the Boundaries of mere Reason". 6: 23-4.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 89-105
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

possível a participação na felicidade”¹¹. A religião tem como função ensinar como estabelecer uma boa disposição moral. Desse modo, segundo A. W. Wood, “Kant entende a religião não como uma matéria de conhecimento teórico, mas como uma matéria de disposição subjetiva prática”¹² e a fonte da autêntica religião continua sendo a consciência da obrigação moral.

*Consideradas em si mesmas, as inclinações naturais são boas, isto é, irrepreensíveis, e querer extirpá-las não apenas seria fútil, mas prejudicial e censurável; devemos apenas controlá-las assim que elas não se esgotem umas as outras, no lugar de serem harmonizadas em um todo chamado felicidade*¹³.

A concretização das inclinações humanas pode ser assumida por ser uma parte do que é bom para os seres humanos. A realização da possibilidade para o mal se dá apenas na inversão da ordem moral dos incentivos e incorporá-los nas máximas por localizar a satisfação de todas as próprias inclinações à frente da obediência da lei moral. Se o ser humano é bom ou mau a diferença não deve estar entre os incentivos que ele incorpora em sua máxima (não no material de sua máxima), mas em sua subordinação (na forma da máxima): “qual dos dois [incentivos] ele faz a condição do outro”¹⁴. O homem não é mau simplesmente porque satisfaz suas inclinações naturais, mas apenas se faz a satisfação de suas próprias inclinações a única condição sob a qual age em conformidade com a lei moral, em vez de fazer a possibilidade de agir em conformidade com a lei moral a única condição sob a qual encontrará a condição de possibilidade para satisfazer suas próprias inclinações naturais.

No entanto, as inclinações naturais não devem ser erradicadas, mas controladas. Controlar as inclinações naturais é discipliná-las, isto é, cultivá-las para o bem. Essa é a função da religião da boa conduta de vida. O processo de cultivar e de disciplinar o caráter sensível (*Sinnesart*) do homem, além da instauração da pureza da lei como motivo impulsor suficiente por si da determinação do arbítrio é o que constitui a formação moral do caráter humano. Esse argumento tem como pressuposto que o homem “afetado por tantas inclinações, é na verdade capaz de conceber a idéia de uma razão pura prática, mas não é tão facilmente dotado da força necessária para a tornar eficaz *in concreto* no seu comportamento”¹⁵.

¹¹ KANT, I. *Crítica da razão pura*. B 841.

¹² WOOD, A. W. "Kant's Deism". In: ROSSI, P. J.; WREEN, M. *Kant's Philosophy of Religion Reconsidered*. p. 7.

¹³ KANT, I. "Religion within the Boundaries of mere Reason". 6: 58.

¹⁴ KANT, I. "Religion within the Boundaries of mere Reason". 6: 36.

¹⁵ KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. 4: 389.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 89-105
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

O processo de cultivar e disciplinar o caráter em uma pessoa é um procedimento muito similar ao processo de cultivo agrícola ou horticultural¹⁶. Esse mesmo procedimento pode ser aplicado ao ser humano através da educação. Isso expõe um aspecto iminente pedagógico da filosofia kantiana e significa que o caráter de uma pessoa consiste em que ela seja o próprio autor de sua conduta de pensamento (*Denkungsart*). Segundo Kant, a função da religião da boa conduta de vida é cultivar essas qualidades na intenção, ou seja, na disposição moral da pessoa. Isso significa que a religião possui uma função pedagógica de “fazer crescer” as qualidades moralmente boas de uma pessoa.

O ensino de tal religião não se pode reduzir à repetição: o homem deve ser *cultivado* na sua “piedade”, mas também na “virtude moral”, o que, paradoxalmente, a religião pode fomentar ou aniquilar, dependendo dos princípios por ela adotados como próprio fundamento. Essa é a conclusão imediata a que chega Kant no seu ensaio¹⁷.

No entanto, a moral conduz à religião, mas, apenas afirmar isso não é suficiente para compreender o que significa essa passagem. Necessita-se perguntar: o que deve o homem fazer para que no contínuo agir e devir seja um homem bom? Os homens devem trabalhar juntos para estabelecer as condições que capacitam cada um e todos para desenvolver e sustentar um mútuo comprometimento em sempre adotar máximas que possuem como fundamento supremo da determinação do arbítrio a lei moral. Esse desenvolvimento se dá em uma comunidade ética que visa construir as condições de possibilidade de tal modo que possa contribuir para a realização do sumo bem moral. Nessa comunidade ética o domínio particular da intenção individual de cada pessoa deve adotar uma forma pública, isto é, um compromisso público de lealdade comum. Isso significa dizer que as leis morais são vistas como mandamentos divinos característicos de uma configuração particular de comunidade, a saber, a comunidade ética.

Nesse contexto, afirmar que o homem compromete-se em sempre adotar máximas que possuem como fundamento supremo da determinação do arbítrio a lei moral significa afirmar que o homem reconhece todos os seus deveres como mandamentos divinos. Ou melhor, na comunidade ética o domínio particular da intenção individual de cada pessoa deve adotar uma forma pública, isto é, um compromisso público de lealdade comum. Um mandamento divino é

¹⁶ Cf. MUNZEL, G. F. *Kant's Conception of Moral Character*. p. 279-88.

¹⁷ KRASSUSKI, J. A. *Crítica da religião e sistema em Kant*. p. 257.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 89-105
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

um compromisso comum em vista do mesmo fim. Essa forma pública ou compromisso público de lealdade comum é que todos os membros da comunidade ética passem a adotar máximas que possuem como fundamento supremo da determinação do arbítrio a lei moral, pois o objetivo da comunidade ética é simplesmente a conservação da moralidade, isto é, construir as condições de possibilidade de tal modo que possa contribuir para a realização do bom na vida humana. E, desse modo, considera os deveres morais como se fossem mandamentos divinos por serem compromissos comuns. Contudo, uma religião moral – da boa conduta de vida – só é possível na forma de uma comunidade ética. Com isso, é possível a afirmação de que a verdadeira finalidade da religião é formar seres humanos moralmente melhores. A comunidade ética refere-se ao que é invisível: a moralidade interna de cada um, algo que escapa à capacidade de avaliação dos seres humanos, inclusive do próprio sujeito da ação, que nunca pode estar inteiramente seguro da qualidade de sua motivação.

3. A metodologia da religião em Kant

No segundo prólogo de *A Religião nos Limites da simples razão*, Kant se detém em explicar como compreende o título da obra a partir do experimento com círculos concêntricos no qual o elemento histórico-revelado veste sensivelmente o elemento moral-puro, ou seja, o segundo elemento da problemática gerada ao entorno da obra: o lugar da revelação¹⁸. A imagem kantiana de círculos concêntricos é a marcação do limite entre o que é essencial e o que é supérfluo em matéria religiosa. Isso quer dizer que ao definir os limites nos quais poderá desenvolver uma religião racional, Kant apresenta uma preocupação metodológica para a fixação dos critérios da determinação de uma relação entre a razão e a revelação, isto é, entre a crítica e a história. Kant propõe esse experimento explicando a compreensão do título de sua obra. Tal explicação consiste em que

a *revelação* pode, ao menos, constar também da *religião racional* pura, enquanto, inversamente, a última não pode fazer o mesmo para o que é histórico na revelação, eu serei capaz de considerar o primeiro como uma esfera *mais ampla*

¹⁸ O primeiro elemento da problemática gerada ao entorno da obra é o direito de o filósofo pronunciar-se sobre assuntos de religião. (cf. KRASSUSKI, J. A. *Crítica da religião e sistema em Kant*. p. 181).

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 89-105
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

da fé que inclui a outra dentro de si mesma, uma esfera *mais estreita* (não como dois círculos externos um ao outro, mas como círculos concêntricos)¹⁹.

Para Kant, o aspecto revelado da religião contém algo de puro em seu interior, as idéias morais supra-sensíveis que são “vestidas” através da linguagem simbólica da religião revelada, unicamente, para fazê-las mais compreensível à humanidade sensível. A religião racional pura é a “*essência verdadeira e racional*”²⁰ da revelação. A revelação, enquanto tal constitui uma religião empírica, histórica. Essa condiciona a fé eclesial por suas circunstâncias históricas e afirmações baseadas na revelação divina. A religião racional pura, enquanto estrutura da pura fé religiosa (fé moral), contém a parte mais importante, pois é o núcleo da revelação.

O experimento kantiano com círculos concêntricos reportar-se à pura religião da razão – na esfera mais estreita; e aponta para a avaliação de alguma religião empírica particular – na esfera mais ampla, por “considerar os fragmentos dessa revelação, como *sistema histórico*, capaz de conceitos morais e ver se isso não conduz de volta para o mesmo *sistema racional* puro da religião”²¹. Para a religião pura, um desígnio moral-prático de investigação é suficiente, uma vez que o conceito racional *a priori* apenas tem lugar numa tal conexão (entre religião racional e religião revelada). E, como entre ambas existe certa harmonia, quem *obedecendo aos conceitos morais* seguir uma, coincidirá com a outra.

Para o experimento kantiano, pelo fato de o culto²² não ser um fim em si, pois isso é um sinal de que ele serve apenas como meio para transmitir as idéias morais que a religião histórico-revelada possui em seu núcleo. Nesse intuito, essa seção tem como objetivo mostrar como essas idéias morais são transmitidas à humanidade num processo histórico, isto é, como a religião histórica é o veículo da religião moral. Ou ainda, é uma investigação para averiguar se o experimento kantiano de círculos concêntricos funciona. Desse modo, a religião moral tem como principal tarefa a formação moral do indivíduo porque torna “sensível” a percepção da lei moral para o homem. Na *Religião*, o que é supra-sensível e não está submetido às condições da sensibilidade, o espaço e o tempo, deve adquirir um aspecto sensível, e desse modo, a narrativa bíblica permite representar, por analogia, o que não comporta espaço e tempo, no espaço e tempo.

¹⁹ KANT, I. "Religion within the Boundaries of mere Reason". 6: 12.

²⁰ WOOD, A. W. *Kant's Moral Religion*. p. 193.

²¹ KANT, I. "Religion within the Boundaries of mere Reason". 6: 12.

²² Algo comum em práticas religiosas para a reverência de divindades.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 89-105
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

Desse modo, é possível afirmar que a religião histórica é o veículo da religião moral. Segundo a afirmação de G. E. Michaelson, “o lado empírico, histórico e representativo da religião, longe de ser automaticamente ilícito é um importante mediador da pura religião moral para uma humanidade finita e sensitiva”²³.

Através dos elementos da narrativa bíblica Kant pode simbolizar as idéias morais, isto é, uma forma de fornecer uma explicação das idéias morais de modo que seja mais acessível à vida humana. Esse processo de simbolização dos conceitos morais se dá num contexto bem delimitado, desse modo, Kant pode ilustrar o modo em que esses conceitos morais puros podem ser representados por exemplos históricos contingentes²⁴. Na *Religião*, Kant apresenta esse argumento afirmando que “é evidentemente uma limitação da razão humana que nunca é inseparável dela, que não se pode pensar de qualquer valor moral significativa nas ações de uma pessoa sem ao mesmo tempo representar essa pessoa ou sua expressão em aparência humana”²⁵. Isso quer dizer que há uma necessidade natural em todos os homens de que essas idéias morais supra-sensíveis possam ser amparadas sensivelmente, isto é, uma confirmação experiencial qualquer. Desse modo, todo objeto supra-sensível – no homem – necessita ser representado por algo visível, isto é, sensível. De acordo com isso, esse procedimento somente tem sentido para o âmbito prático da razão, uma vez que ele não possibilita nenhum tipo de conhecimento do objeto em questão, senão que “em uma representação simbólica em que apenas o prático é compreensível para nós”²⁶, isto é, a possibilidade de fazer com que uma idéia da razão seja intuitiva apenas segundo certa analogia. Ou seja, a analogia “é propriamente uma linguagem para o indizível, uma linguagem que não recua diante das formas onde a experiência humana se dá”²⁷.

O mecanismo do esquematismo da analogia é o procedimento desenvolvido por Kant para tornar compreensível como uma religião histórica pode representar idéias morais. Dado isso, a função do procedimento analógico tem por objetivo fazer um conceito da razão – tal como as idéias da moralidade – intuitivo. Nesse sentido, “a noção de lei moral e a idéia de uma disposição agradável a Deus não são tipos de coisas que poderíamos “ver”. Elas são tipos de coisas que

²³ MICHAELSON, G. E. *The Historical Dimensions of a Rational Faith*. p. 10.

²⁴ Cf. MICHAELSON, G. E. *The Historical Dimensions of a Rational Faith*. p. 77.

²⁵ KANT, I. "Religion within the Boundaries of mere Reason". 6: 65n.

²⁶ KANT, I. "Religion within the Boundaries of mere Reason". 6: 171.

²⁷ MARTY, F. *La naissance de la métaphysique chez Kant*. p. 224.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 89-105
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

podem ser simbolizadas e personificadas”²⁸: esse é o significado do esquematismo da analogia. Nesse sentido, tem-se o objetivo de explicar o significado que a figura de Cristo tem como o símbolo de um princípio metafísico-moral para a religião da boa conduta de vida cuja função é a de cultivar e disciplinar as qualidades naturais dos homens na intenção, ou seja, na disposição moral da pessoa.

O papel da figura de Cristo como a representação do arquétipo da disposição moral agradável a Deus na *Religião* tem sua raiz na discussão do *ideal da razão pura* na *Crítica da Razão Pura*. Na primeira seção, *do ideal em geral*, Kant argumenta que “[e]mbora não indo tão longe, temos de confessar que a razão humana contém não só idéias, mas também ideais que [...], têm no entanto força *prática* (como princípios reguladores) e sobre eles se funda a possibilidade de perfeição de certas *ações*”²⁹. Nesse contexto, o ideal é a possibilidade do arquétipo, pois é a idéia *a priori* de tal arquétipo aquilo que possibilita a determinação do ideal. A representação do ser mais real – o ideal – não é para ser entendida como existência, mas apenas como a representação transcendental de um ideal. Para que o arquétipo seja visto como um ideal é necessário que seja determinado *a priori* pela idéia, que no caso da moralidade é a idéia da perfeição em si mesma, isto é, a idéia de santidade. Esse arquétipo não se torna um modelo necessário para a vida moral humana por força da imagem pessoal em que se exprime – a figura de Cristo –, mas, enquanto essa figura representa a idéia de santidade. É referindo-se a essa idéia de santidade entendida como ideal que Kant na *Fundamentação* argumenta que “[m]esmo o Santo do Evangelho tem primeiro que ser comparado com o nosso ideal de perfeição moral antes de o reconhecermos por tal”³⁰. Isso significa que a idéia de perfeição moral somente é delineada *a priori* pela razão e somente nela reside.

Esta santidade da vontade é, todavia, uma idéia prática que necessariamente tem de servir como **arquétipo**, cuja aproximação infinita é a única coisa que compete a todos os entes racionais finitos e que a lei moral pura, que por isso mesmo se chama santa, lhes mantém constantemente e corretamente ante os olhos³¹.

²⁸ MICHAELSON, G. E. *The Historical Dimensions of a Rational Faith*. p. 112.

²⁹ KANT, I. *Crítica da razão pura*. B 597.

³⁰ KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. 4: 408.

³¹ KANT, I. *Crítica da razão prática*. 5: 32.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 89-105
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

Cabe aqui ressaltar que o aspecto inteligível para Kant é considerado sempre como um ideal, isto é, um modelo (*Urbild*) perfeito a ser imitado. É esse modelo de santidade da vontade que a figura de Cristo representa e que a constante aproximação a ele é o que compete à vontade humana, de modo que “a virtude, é a coisa mais elevada que uma razão prática finita [– humana –] pode conseguir”³². No entanto, o máximo de perfectibilidade que um ser humano pode alcançar nunca se igualará ao modelo perfeito. O máximo de perfeição humana pode – adequadamente – ser apresentado como virtude, isto é, a virtude humana é uma imitação imperfeita (de natureza *ectypa*) do aspecto inteligível que o arquétipo ou o modelo de disposição moral agradável a Deus (santidade da vontade) representa. De acordo com isso, pode-se afirmar que o ser humano não deve imitar a representação visível de tal arquétipo, mas a intenção moral da boa vontade que tal arquétipo representa. Para Kant, um exemplo serve apenas para o encorajamento moral. Ainda na *Fundamentação*, encontra-se a afirmação que a

imitação não tem lugar algum em matéria moral, e os exemplos servem apenas para encorajar, isto é, põem fora de dúvida a possibilidade daquilo que a lei ordena, tornam intuitivo [*anschaulich*, visível, concreto] aquilo que a regra prática exprime de maneira mais geral, mas nunca podem justificar que se ponha de lado o seu verdadeiro original, que reside na razão, e que nos guiemos por exemplos³³.

De acordo com a citação, para a moralidade não pode existir exemplos a serem seguidos porque de um exemplo existiria apenas a imitação do comportamento empírico de tal ser, ou seja, somente aquilo que está ao alcance do “conhecimento” moral-empírico humano. A figura de Cristo representa o ideal da disposição moral agradável a Deus, isto é, de uma boa disposição moral. Ou ainda, a figura de Cristo representa aquilo que não é apenas legalmente bom, mas também moralmente bom.

Jesus é o símbolo do arquétipo moral que faz analogicamente evidente a possibilidade e a necessidade de imitar dito arquétipo. Os diversos fatos sobre a história pessoal do Mestre do Evangelho esquematizam, em primeiro lugar, a intenção moral originária da humanidade em geral e, em segundo lugar, os obstáculos que se apresentam para a realização dessa intenção moral ao bem³⁴.

³² KANT, I. *Crítica da razão prática*. 5: 33.

³³ KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. 4: 409.

³⁴ LEMA-HINCAPIÉ, A. *Kant y la Biblia*. p. 136.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 89-105
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

De acordo com isso, pode-se perguntar: o que a figura de Cristo representa para a humanidade sensível? A figura de Cristo representa para a humanidade um exemplo de vida moral agradável a Deus. Desse modo, o Cristo não pode ser visto como o Salvador do mundo como ensina a doutrina do Cristianismo, pois aquele que exige um modelo sensível de imitação não passa de um incrédulo moral, isto é, alguém que não acredita na virtude humana, mas que espera algum tipo de assistência sobrenatural sem tornar-se digno dela.

Segundo a proposta kantiana de uma religião moral, todos devem reconhecer que as prescrições do dever encontram-se na razão mesma. Desse modo, essas prescrições não devem buscar justificação fora da razão, pois isso é o que qualifica a fé na revelação. Uma autêntica religião moral estabelece-se na pura intenção do coração em cumprir todos os deveres humanos como mandamentos divinos. O fundador de uma autêntica religião moral somente pode ser alguém que possui uma pura intenção do coração, e por causa disso, ensina aos outros homens como assim viver.

De acordo com isso, no esquema kantiano, a religião histórica é o veículo da religião moral, uma vez que “a expressão histórica das verdades morais é pedagogicamente necessária”³⁵, pois ensina como o homem deve construir uma vida moral. O desenvolvimento religioso do homem traduz-se como o desenvolvimento de suas capacidades racionais, ou melhor, a função pedagógica a ser desenvolvida pela religião é o ensino de como estabelecer uma vida moral. A religião moral consiste na melhoria moral do homem. No entanto, dada a natureza sensitiva da humanidade, para tal ensino é necessária uma ajuda heurística que é provida pelo aspecto histórico-revelado. Desse modo, a metáfora kantiana de círculos concêntricos que marca o limite entre o que é essencial e o que é supérfluo em matéria religiosa significa o que afirma. De acordo com isso, a conclusão do experimento de Kant é que o Cristianismo pode justificadamente ser considerado como a primeira e ainda a melhor manifestação histórica do que ele chama de religião universal da humanidade.

A relação entre moral e religião, além de ser um elemento essencial e estrutural da razão pura, é a consideração progressiva de um plano universal segundo o qual, a despeito de todos os abusos da liberdade por parte dos homens, alcançará no final o mais alto grau possível de

³⁵ MICHAELSON, G. E. *The Historical Dimensions of a Rational Faith*. p. 116-7.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 89-105
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

perfeição do gênero humano. A pura religião moral, para Kant, não pôde instituir-se historicamente, justamente devido à sua pureza, e, todavia, o seu destino puramente racional – moral – realiza-se somente na perspectiva de um progresso moral-histórico em que as idéias supra-sensíveis da moralidade são comunicadas à humanidade sensível. “Uma religião histórica, precisamente porque ela afeta o homem sensível onde o homem é mais “receptivo”, assume o papel de uma força maiêutica no esquema de Kant”³⁶. Nesse processo evolutivo, em que uma religião histórica é o veículo para as idéias de uma pura religião moral, processo em que a religião realiza a sua função, a religião histórica ou revelada é necessária porque provê uma ajuda heurística. Sem essa ajuda heurística, a pura religião moral não poderia constituir-se. Por causa disso, a instituição de uma religião moral ocorre somente na forma de um progresso moral-histórico, pois o que é transmitido à humanidade sensível são as idéias morais apenas.

Considerações finais

O estudo do tema da religião em Kant, e, mais especificamente da obra *A Religião nos Limites da simples razão* requer a compreensão não só de uma parte apenas, mas, minimamente, dela toda, uma vez que o próprio Kant afirmou a propósito do primeiro ensaio, que ele não poderia ficar fora dessa publicação como tal, pois, “por causa da rigorosa coerência dos materiais nessa obra que, nos três ensaios agora adicionados, contém o completo desenvolvimento do primeiro”³⁷. Além do mais, o estudo da religião dentro dos limites da razão requer também a compreensão de sua organização estrutural e metodológica bem como a compreensão dos principais elementos da filosofia crítica.

Com esse propósito, o objetivo desse artigo foi mostrar as condições de possibilidade da realização do aperfeiçoamento moral da humanidade sob um determinado ponto de vista. A partir disso, o significado da religião é visto como enraizado com o exercício da liberdade moral humana nas suas dimensões individual e social. Nesse processo, a religião é necessária porque é um modo de apresentar a realização do destino moral da humanidade como a convergência de

³⁶ MICHAELSON, G. E. *The Historical Dimensions of a Rational Faith*. p. 73.

³⁷ KANT, I. "Religion within the Boundaries of mere Reason". 6: 11.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 89-105
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

liberdade e natureza. Nessa instância, Kant está interessado com o sentido prático em que os homens poderiam comprometer-se na busca pelo sumo bem moral, pois, segundo A. W. Wood, “Kant entende a religião não como uma matéria de conhecimento teórico, mas como uma matéria de disposição subjetiva prática”³⁸ e a fonte da autêntica religião é a consciência da obrigação moral.

O gradualismo implícito na recuperação corporativa do mal radical, isto é, da mudança revolucionária para a evolutiva necessariamente põe o destino do agente moral individual dentro de uma comunidade ética. A partir desse momento, o homem está a caminho do aperfeiçoar-se moralmente, como sugere G. E. Michalson, “na arena imanente da ação humana”³⁹. Nesse caminho de aperfeiçoamento, “a Igreja não serve apenas como a representação visível de uma idéia moral supra-sensível, mas também provê o contexto social concreto dentro do qual os seres racionais podem realmente esforçar-se para efetuar o ideal ético representado pelo reino de Deus”⁴⁰. Desse modo, o Cristianismo não é a culminação da religião moral, mas é apenas o começo do seu estabelecimento. A verdadeira Igreja é atemporal e invisível. Fé e Igreja histórica são – ao melhor – aproximações e sempre possui a Igreja invisível como o seu objetivo evolutivo. Religião moral significa a consumação da moralidade e não a introdução da religião na moralidade. De acordo com isso, afirma-se que Kant seculariza a religião de todos os seus elementos externos de comportamento e expressão, inclusive de oração e rituais. As cerimônias religiosas têm valor apenas na medida em que elas apresentam um fim moral para a vida humana e o meio para a sua realização. Desse modo, as idéias religiosas e as cerimônias passam por um processo de mudança e crescimento na direção de uma maior consistência. Nesse sentido, o homem procura influenciar-se a si mesmo, e, desse modo, não tenta influenciar Deus, pois o dever humano é a realização da própria liberdade através da prática do dever.

³⁸ WOOD, A. W. *Kant's Deism*. In: ROSSI, P. J.; WREEN, M. *Kant's Philosophy of Religion Reconsidered*. p.7.

³⁹ MICHALSON, G. E. *Kant and the Problem of God*. p.109.

⁴⁰ MICHAELSON, G. E. *The Historical Dimensions of a Rational Faith*. p.120.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 89-105
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

Referências

- ALLISON, H. E. *Kant's Theory of Freedom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- DAVIDOVICH, A. "How to Read Religion within the Limits of reason alone". In: *Kant-Studien*. 85 (1994) p.1-14.
- HERRERO, F. J. *Religião e história em Kant*. Trad. de José A. Ceschin. São Paulo: Loyola, 1991.
- KANT, I. *Crítica da razão prática*. Trad. de Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. 5.ed. Trad. de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2004.
- KANT, I. *Kants gesammelte Schriften*. Berlin: Der Deutschen Akademie der Wissenschaften; Walter de Gruyter, seit 1902.
- KANT, I. *O conflito das faculdades*. Trad. de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1993.
- KANT, I. Religion within the Boundaries of mere Reason. In: KANT, I. *Religion and Rational Theology*. Translated by Allen W. Wood and George di Giovanni. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- KRASSUSKI, J. A. *Crítica da religião e sistema em Kant: um modelo de reconstrução racional do cristianismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- LEMA-HINCAPIÉ, A. *Kant y la Biblia*. Barcelona: Anthropos, 2006.
- MARTY, F. *La naissance de la métaphysique chez Kant*. Paris: Beauchesne, 1997.
- MICHAELSON, G. E. *The Historical Dimensions of a Rational Faith: the Role of History in Kant's Religious Thought*. Washington: University Press of America, 1979.
- MICHALSON, G. E. *Kant and the Problem of God*. Oxford: Blackwell, 1998.
- MUNZEL, G. F. "The Beautiful Is the Symbol of the Morally-Good": Kant's Philosophical Basis of Proof for the Idea of the Morally-Good. In: *Journal of the History of Philosophy*. 33 (1995) p.301- 330.
- MUNZEL, G. F. *Kant's Conception of Moral Character*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.
- PIRILLO, N. (a cura di). *Kant e la filosofia della religione*. Brescia: Morcelliana, 1996.
- REBOUL, O. "Kant et la religion". In: *Revue d'histoire et de Philosophie Religieuses*. 50: 2 (1970) p.137-153.
- ROSSI, P. J.; WREEN, M. *Kant's Philosophy of Religion Reconsidered*. Indianapolis: Indiana University Press, 1991.
- WOOD, A. W. "Kant's Deism". In: ROSSI, P. J.; WREEN, M. *Kant's Philosophy of Religion Reconsidered*. Indianapolis: Indiana University Press, 1991.
- WOOD, A. W. *Kant's Moral Religion*. Ithaca: Cornell University Press, 1970.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 89-105
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------